



A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração

The reprimarization of Brazilian exports in a long-term historical perspective

DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.1029

Victor Tarifa Lopes¹

Resumo

As exportações brasileiras vêm passando por um processo denominado “reprimarização”, no qual as exportações de produtos primários passaram a superar as de produtos manufaturados. As principais análises apontam para causas de curta duração, sejam elas endógenas, como políticas cambiais, ou externas ao Brasil, como o efeito chinês no “boom” das commodities. Procurando contribuir para o debate sobre esse fenômeno, o presente artigo busca identificar o comportamento das exportações brasileiras na longa duração, resgatando dados estatísticos do comércio internacional de 1808 até 2019, tendo como cenário a histórica inserção periférica do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho desde o período colonial, condicionando a economia-política brasileira para a especialização em produtos primários de menor valor agregado. Com isso, constatou-se que a especialização em produtos primários nas exportações do Brasil tem sido a regra desde 1808, sendo a exceção o período de 1979 a 2009, quando o país exportou percentualmente mais produtos manufaturados, retornando para o padrão primário-exportador e permanecendo assim até a atualidade.

Palavras-chave: Reprimarização; Comércio internacional brasileiro; Economia Política dos Sistemas-Mundo.

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



1 Pesquisador bolsista CAPES, na área de concentração de Economia Política Internacional. Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Santa Catarina, Brasil. Pesquisador associado do grupo de pesquisa “Economia Política, Relações Internacionais e Desenvolvimento”, da Universidade Federal da Grande Dourados. (victor.tarifa.lopes@gmail.com). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4371-9237>>

Artigo submetido em 09/12/2019 e aprovado em 10/08/2020.





Abstract

Brazilian exports have been going through a process called “reprimarization”, in which exports of primary products outnumbered exports of manufactured goods. The main analyzes point to short-term causes, whether they are endogenous, such as exchange rate policies, or external to Brazil, such as the Chinese effect on the commodity “boom”. Seeking to contribute to the debate on this phenomenon, in this article, we sought to identify the behavior of Brazilian exports in the long term, retrieving statistical data from international trade from 1808 to 2019, taking as a backdrop the historical peripheral insertion of Brazil in the International Labor Division since the colonial period, conditioning the Brazilian political economy to specialize in primary products with lower added value. As a result, it was found that specialization in primary products in exports from Brazil has been the rule since 1808, with the exception being the period from 1979 to 2009, when the country exported more manufactured products, returning to the primary-exporting pattern and remaining so until today.

Key-words: Reprimarization; Brazilian international trade; Political Economy of World-Systems.

Introdução

Nas últimas duas décadas, além de grande aumento no volume e no valor, o comércio externo do Brasil também se modificou qualitativamente. As exportações passaram a ser majoritariamente compostas por produtos primários de menor valor agregado e menor rentabilidade, caracterizando um movimento comumente denominado de reprimarização das exportações.

O debate sobre as causas de tal fenômeno tem se concentrado em aspectos de curta duração, sejam eles nacionais ou internacionais. O contato com a bibliografia permite dividir as interpretações em quatro categorias: a) análises que enfatizam aspectos nacionais relativos à reprimarização, com ênfase nas questões sobre a desindustrialização brasileira, o comportamento da taxa de câmbio e doença holandesa no Brasil. Aqui destacam-se autores de distintas matrizes teóricas como Bresser-Pereira (2010a; 2010b) Marconi (Bresser-Pereira e Marconi, 2009; 2010), Cano (2012), Sampaio (2013), entre outros; b) análises que enfatizam aspectos externos que acarretam a reprimarização, com destaque para o papel da China e do Leste Asiático na conjuntura internacional do século XXI, e os constrangimentos provindos da ascensão chinesa (e.g., Cunha, Lelis e Fligenspan, 2013; Barbosa, 2011; Medeiros e Cintra, 2015); c) reprimarização





como consequência da relação entre Estado e Agronegócio e das políticas públicas empregadas no sentido de priorizar a produção primária em detrimento de outros setores, culminando em um projeto de poder em termos hegemônicos que se retroalimenta para sua própria perpetuação (Delgado, 2010, 2012, 2013); d) análises que tomam a reprimarização como uma tese equivocada, dado o grau de sofisticação produtiva hoje envolvido na produção de commodities e o elevado Índice de Vantagem Comparativa Revelada (e.g., Nakhado e Jank, 2006).

Por mais diversas que sejam, nota-se um ponto comum à bibliografia consultada: o lapso temporal. Todas as análises adotam a curta duração, ou seja, um espaço temporal de duas a, no máximo, três décadas. Em geral, o período temporal coberto se estendeu do pós-Guerra Fria até o final da década de 2000, ou meados da década de 2010. Com algumas exceções, a década de 1980 também é analisada.

Considerando que o alargamento dos horizontes temporal e espacial de qualquer fenômeno revela novos aspectos do mesmo, o presente trabalho se utiliza da ideia braudeliana de que o tempo histórico pode ser segmentado em tempo curto, tempo conjuntural e tempo estrutural, trabalhando também com a perspectiva analítica criada por Immanuel Wallerstein (1974; 1979), denominada Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM). Sob estas lentes conceituais, a reprimarização, como é demonstrada adiante, deixa de ser um fenômeno surpreendente.

Os elementos conceituais foram mobilizados para analisar os dados oficiais sobre comércio exterior, disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)² para o período de 1808 a 2019. Esses dados também são utilizados para calcular os Coeficientes de Gini e Gini-Hirschman, que permitem mensurar o grau de concentração da cesta de exportações brasileiras em período mais recente (a partir de 1997). Trabalha-se, assim, com a seguinte pergunta: qual é o comportamento das exportações brasileiras de 1808 a 2019, i.e., na longa duração?

Essa metodologia sustenta o argumento central, a saber: a especialização primária do Brasil em seu comércio exterior não é um fenômeno recente, e sim um processo que perdura há, pelo menos, dois séculos, sendo a recente conjuntura de “reprimarização” nada mais do que o regresso ao padrão “normal” de comércio brasileiro. Com isso, argumenta-se que o comportamento encontrado evidencia inserção periférica do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), através

2 Incorporado como pasta do Ministério da Economia, criado em 2019.





da exportação de produtos primários, o que, ao se reproduzir por um longo período, condicionou o atual perfil produtivo e comercial do país.

Importante frisar que o artigo não visa realizar uma ampla revisão bibliográfica ou esgotar todas as possíveis interpretações causais do problema em questão. O objetivo é trazer novos elementos explicativos sobre a reprimarização, contribuindo para o debate sobre o tema sem negar a relevância de outras interpretações.

Tem-se como axioma uma economia-mundo estratificada hierarquicamente em Centro, Semiperiferia e Periferia, e organizada pela DIT, com “papéis” específicos “condicionados” (por pressões políticas, de mercado, ou até mesmo por inovações) entre os Estados, que se especializam em cadeias produtivas globais, de acordo com a geopolítica da época (Wallerstein, 2004). Ao longo do tempo, a expansão do moderno sistema-mundo se deu através de hegemonias políticas sob a liderança de diferentes Estados e grupos de capitalistas, que em grande medida condicionaram os padrões das relações internacionais, consolidando estruturas históricas. Diante de tais premissas, analisa-se a reprimarização das exportações brasileiras, tendo em conta que a mesma ocorreu dentro de um sistema hierárquico, com o Brasil na posição de nação periférica na maior parte do período analisado, respondendo ao papel de fornecedor mundial de commodities ao longo de mais de dois séculos, enraizando padrões de produção, mentalidades e comércio.

Além dessa introdução, o artigo possui mais três seções. Na próxima, são analisados os dados de comércio internacional brasileiro de 1808 até 2019, sendo ainda aplicado os coeficientes para mensurar a concentração no intervalo de 1997 a 2019³, vinculando as mudanças ocorridas na pauta exportadora com eventos da economia-mundo capitalista. Na seguinte seção, é realizado um debate entre a perspectiva adotada no artigo com as principais correntes de pensamento sobre o desenvolvimento brasileiro. Por último, são tecidas as conclusões.

O comportamento das exportações brasileiras na longa duração (1808–2019)

Esta seção analisa o comportamento das exportações brasileiras na longa duração, e utiliza como instrumental teórico-analítico a Análise dos Sistemas-Mundo e a categoria de tempo estrutural de Braudel (1998; 2009). Para

³ De forma subsidiária, com os dados mais recentes. Ressalta-se que embasamento empírico dos argumentos desenvolvidos recai majoritariamente sobre as estatísticas descritivas da longa duração.





tanto, são analisados dados desde 1808, considerado o marco zero do comércio exterior brasileiro, até 2019. A comprovação empírica do argumento de que o atual padrão brasileiro de comércio exterior apresenta o mesmo perfil de “classe de produtos” encontrado nos séculos XIX e XX se dará através da tabulação e análise de dados oficiais, e também com a aplicação dos coeficientes de Gini e Gini-Hirschman no período de 1997 a 2019. Enfatiza-se aqui a expressão “classe de produtos” e não “perfil tecnológico”, pois ainda que a prevalência de commodities agrícolas na pauta exportadora seja verificável em relação a bens de capital e bens de consumo duráveis, o perfil tecnológico não pode ser considerado estanque sob nenhuma hipótese, sobretudo devido às transformações tecnológicas existentes no histórico da agricultura empresarial do Brasil, fruto principalmente de políticas públicas de investimento industrial (Hopewell, 2016).

Não obstante a excelência da base de dados disponíveis no MDIC⁴, formulada em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), alguns problemas metodológicos foram encontrados. O primeiro, e que requer mais atenção, é a classificação. Uma vez que todos os sistemas de classificação de produtos foram criados a partir da década de 1950, usá-los para hierarquizar os produtos anteriores a este ano sempre produzirá distorções. O Sistema Harmonizado, por exemplo, foi criado em 1983. A classificação da United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN COMTRADE) surgiu na década de 1980. E o sistema de classificação mais antigo, do próprio MDIC, classifica os produtos em manufaturados, semimanufaturados e primários a partir de 1950. Por ser a mais antiga, esta última metodologia foi escolhida, tendo sido os produtos exportados desde o início do século XIX agrupados em uma dessas três categorias (primários, manufaturados e semimanufaturados).

Conforme nota metodológica elaborada pela Subsecretaria de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior, vinculada à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e ao Ministério da Economia (Brasil, 2020b), as mercadorias são classificadas por fator agregado, divididos em básico ou industrializado, sendo este subdividido em semimanufaturado e manufaturado. Produtos básicos são commodities que possuem características semelhantes ao estado em que são achados na natureza, com baixo grau de elaboração, a exemplo de minérios brutos e soja em grãos. Por sua vez, produtos industrializados são aqueles que sofrem transformação qualitativa, e os semimanufaturados aqueles que ainda

4 O MDIC fez uso de múltiplas fontes de dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); Ministério da Fazenda, Serviço e Estatística Econômica e Financeira; Banco do Brasil; Banco Central; Alice Web.





necessitarão passar por mais algum processo produtivo para então alcançarem a forma definitiva de uso. Um exemplo de semimanufaturado, envolvendo um produto agrícola, seria o óleo de soja bruto, alcançando a forma de manufaturado como óleo de soja refinado (Mandarino, 2001). Importante notar que tanto a agropecuária, como a indústria de transformação e a indústria extrativa podem possuir produtos que se enquadram em qualquer um dos fatores agregados.

A segunda dificuldade se refere aos períodos históricos, pois, uma atividade primária da atualidade distingue-se radicalmente das observadas em séculos passados: a produção de café de hoje, por exemplo, é tecnologicamente mais avançada do que há 30-40 anos. Assim, comparar atividades produtivas de distintos períodos históricos também se apresenta como um exercício delicado.

Porém, nesses dois séculos, especializar-se na produção e comercialização de commodities primárias tem se mostrado uma característica da periferia, envolvendo menos capital, recursos humanos qualificados, desenvolvimento tecnológico, externalidades e, no geral, menos poder na hierarquia internacional. E, por mais que tenha se transformado a atividade agrícola ou extrativa, contendo atualmente elos industriais e incorporando tecnologia, tais setores continuam a ser a principal atividade econômica de países periféricos, compondo a posição majoritária da pauta de exportação. Ainda, há casos, como na cadeia mercantil da soja — um dos principais produtos exportados pelo Brasil — em que parte da tecnologia mais avançada incorporada na produção provém dos países de Centro, ou seja, casos nos quais os elos mais lucrativos e tecnologicamente avançados são também de monopólio dos países desenvolvidos (Medina, Ribeiro e Brasil, 2016).

Um terceiro problema refere-se aos valores dos produtos comercializados, pois no período estudado o Brasil adotou diversas moedas (mil-réis, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado, real) e o comércio internacional experimentou diferentes padrões monetários: padrão-ouro, dólar-ouro e dólar flexível. Diante disso, deu-se preferência para a tabulação dos dados em valores percentuais, e, quando expressos em valores absolutos, os produtos comercializados no período de 1808 a 1938 são classificados em contos de réis⁵, e de 1940 em diante, em dólares FOB.

Com o aporte teórico adotado, coloca-se o “mundo no centro da análise, [estendendo-se] a discussão sobre questões contemporâneas de desenvolvimento para uma perspectiva histórica de longo prazo e explorando ampla concepção

5 Herdado de Portugal, o mil-réis foi a unidade monetária brasileira até ser substituído pelo Cruzeiro em 5 de Outubro de 1942.





espacial da região” (Arrighi, Hamashita e Selden, 2004, p. 2, tradução própria⁶). O argumento, assim, é de que para além dos aspectos micro ou macroeconômicos “nacionais” e circunstâncias políticas internas, o Sistema Internacional é uma variável independente que condiciona as exportações do país.

Histórico das exportações brasileiras: 1822 a 2019

Embora o Brasil enquanto país independente exista formalmente desde 1822, para o estudo das relações comerciais internacionais pode-se ter 1808 como o ano zero do comércio exterior do país. Além da transferência da sede do Império Português para o Brasil, ocorre a assinatura da Carta de Abertura dos Portos às nações amigas por parte de D. João VI. Tal documento régio “quebra o monopólio comercial, rompe o pacto colonial e inaugura a autonomia econômica e comercial brasileira” (Brasil, 2020a).

Nos mais de trezentos anos do período colonial, foram criadas estruturas que condicionam todos os aspectos da vida brasileira no pós 1822. Em uma perspectiva sistêmica, é possível argumentar que a colonização do Brasil, através da produção de açúcar, inseriu o país na emergente economia-mundo capitalista, em um processo de conexão e interdependência com os eventos externos.

[Isso] foi cristalizando a colônia portuguesa da América na posição de periferia da Economia-Mundo capitalista, tanto pela ausência de Estado, quanto porque esta região se especializou nos nódulos de produção primária e menos rentáveis das cadeias mercantis mundiais. Em torno a estes nódulos, durante o período colonial, foram se constituindo instituições, ideias, práticas, tecnologias, atividades econômicas (primário-exportadora), classes sociais (e as relações entre elas). Ao se reproduzirem por gerações e gerações, estas ideias, práticas, instituições, classes e a própria condição de periferia do sistema mundial se tornaram estruturas que condicionaram o processo de formação do Estado [...] (Vieira 2015, 90, grifos nossos).

A economia primário-exportadora, base de grande parte da vida colonial, não deixou de existir a partir de 1808 ou 1822 quando outras instituições foram criadas como, por exemplo, o Estado nacional, em 1822, conforme os dados mostram. Para a apresentação, optou-se por concentrar as exportações por média

6 we put [...] the world at large at the center of our analysis [...]. By extending the discussion of contemporary developmental issues to a long-term historical perspective, and by exploring a broad spatial conception of the East Asian region, we can offer a new understanding of the region’s dynamic across time and space.

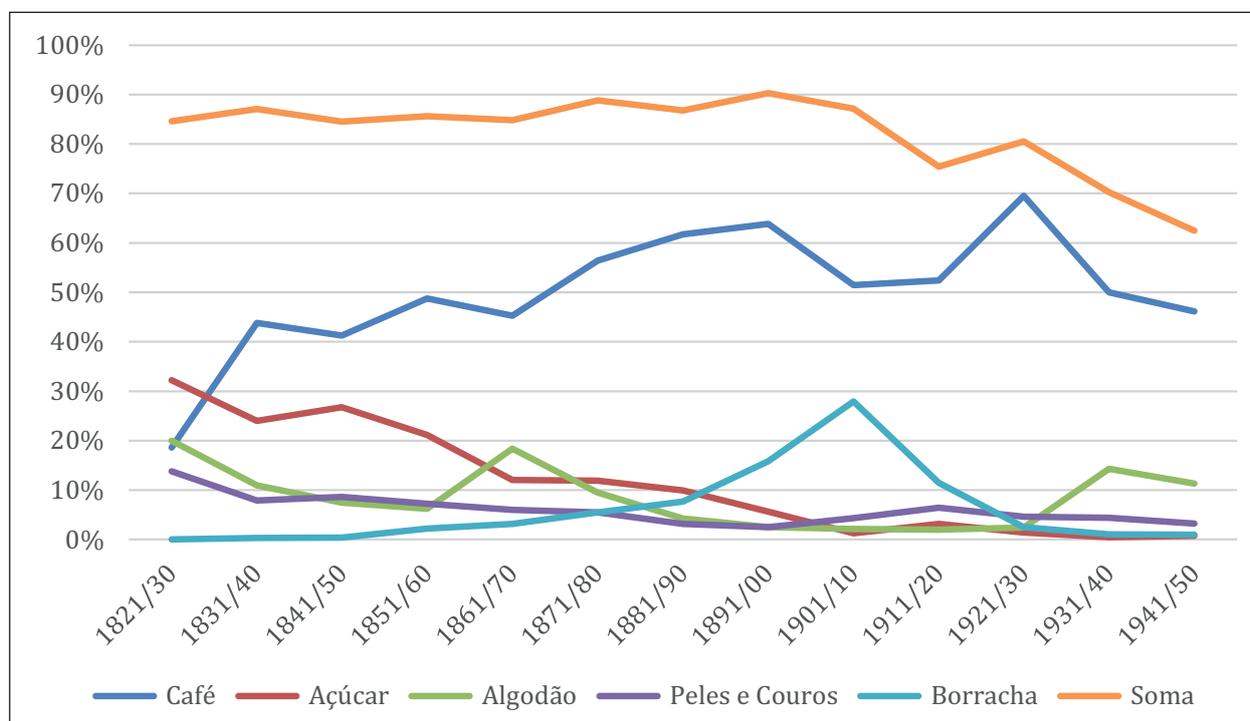


de décadas, ou seja, a média para o período entre 1821 e 1830, 1831 e 1840, e assim sucessivamente. Primeiramente, analisa-se o intervalo de 1808 a 1950, período de amadurecimento, financeirização e declínio da hegemonia Britânica no sistema internacional (Arrighi, 1996).

O gráfico 1 ilustra o comportamento das exportações brasileiras para o período de 1821 a 1950⁷. Como ao longo de todo o século XIX estas foram dominadas integralmente por commodities primárias, optou-se por calcular os percentuais por produto exportado. Sublinha-se como as exportações se concentraram em apenas cinco produtos (dos quais dois ainda permanecem na lista de principais produtos exportados): café, açúcar, algodão, peles e couros e borracha; exportados em sua forma mais bruta, ou seja, sem processamento ou agregação de valor.

Durante todo o século XIX, 5 produtos somados representaram a quase totalidade das exportações, chegando a 90% na última década do século. Para tal período, sobretudo até o final da década de 1890, o percentual restante para se completar 100% é dividido em metais preciosos, tabaco, fumo, arroz, mate, cacau e outras commodities agrícolas e minerais.

Gráfico 1. Principais mercadorias exportados pelo Brasil em % (1821 a 1950)



Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020).

⁷ Ainda que a média dos anos de 1808 a 1820 não esteja presente na tabela (não foram encontrados percentuais para tal período), o MDIC aponta que os principais produtos exportados foram as mesmas commodities presentes por todo o século XIX. Optou-se pelo período 1821 -1950 por ser a maneira que o MDIC organizou os dados disponibilizados.



Diante destes números não parece apropriado classificar os produtos por nível de tecnologia, por dois motivos: 1) basicamente todos os produtos pertencem à mesma categoria (produtos primários e, no máximo, processados, baseados em recursos naturais); 2) no período abordado ainda não existiam as classificações de manufaturados de média e alta tecnologia, semelhantes às de hoje.

Com exceção do café, que se manteve acima dos 40% ao longo de todo o período (mais da metade da produção mundial), existiram picos de rápida expansão e declínio de outras commodities, dentro dos denominados ciclos econômicos do Brasil. É o caso do açúcar, em 1820, do algodão, em 1860 e 1931/40, e da borracha, em 1901/10.

Na década de 1820, há diminuição das exportações do açúcar e do algodão. Enquanto o primeiro continuava seu longo declínio iniciado nas primeiras décadas do século XVIII, o segundo passou por uma rápida expansão nas décadas finais deste século e iniciais do XIX, devido à interrupção do fornecimento do algodão estadunidense, perdendo espaço quando este se normalizou. Destaca-se que, também por um motivo externo, o desmantelamento da produção haitiana, o café começou a ser exportado. Além de capacidade empresarial, o Brasil dispunha de abundantes recursos naturais e humanos, estes últimos fornecidos pelo comércio de pessoas escravizadas, embora este começasse a ser ameaçado pela Inglaterra já na década de 1830.

Em dois momentos, especificamente nas décadas de 1861/70 e 1931/40, nota-se a expansão do algodão, diretamente relacionada à demanda internacional por tal matéria-prima, principalmente por conta dos países europeus que experimentavam elevado crescimento populacional e expansão da indústria manufatureira têxtil no século XIX, além das turbulências políticas e econômicas no início do século XX. Ainda, destaca-se o ciclo da borracha do início do século XX, igualmente atrelado às pressões de demanda internacional por tal commodity, principalmente pelo impulso advindo da demanda europeia.

Por último, passa a ganhar proeminência os produtos da categoria “outros”, sobretudo a partir da década de 1930, quando no Brasil desenvolvem-se os primeiros projetos embrionários de industrialização e diversificação das exportações. Logo, a partir da década de 1940, com tal categoria já ocupando aproximadamente 40% da pauta de exportação, faz-se necessária a análise em detalhes dessa nova gama de produtos presentes no comércio exterior brasileiro.

Com efeito, chama-se a atenção para o fato de tais picos de exportação ter sido provocados por processos sistêmicos ocorridos na economia-mundo





capitalista. Pressões advindas do sistema mundial, sobretudo das nações Centrais, encontraram no país a combinação ideal entre uma elite agrária caudatária e ampla capacidade produtiva, reforçando o perfil primário-exportador. Destacando os interesses em torno do setor cafeeiro, o principal produto exportado pelo país no século XIX, Vieira (2015, 91) mostra a atuação da economia-mundo no Brasil:

A partir de 1830, o Estado, as atividades econômicas, as classes (e as relações entre elas) foram mudando em função dos interesses cafeeiros, que estavam espalhados por três continentes: Europa, EUA e o Brasil, onde se localizam alguns nódulos da cadeia mercantil mundial do café. Em outras palavras, os interesses dos consumidores (EUA), dos financiadores e comerciantes (Inglaterra), fornecedores de equipamentos (EUA/Inglaterra) e também dos cafeicultores (Brasil) se entrelaçavam para: 1) no Brasil, consolidar a economia agroexportadora, moldar as classes sociais, o Estado e suas políticas, e ainda a própria adaptação da sociedade brasileira aos padrões emanados do centro da Economia-Mundo [...]; 2) nos outros Estados, criar hábitos de consumo e contribuir para desenvolver a indústria (máquinas e equipamentos para o processamento de café, locomotivas e ferrovias, etc.) e as instituições financeiras.

Internamente, estes processos foram respondidos por uma elite latifundiária de origem europeia, que se utilizou, em grande parte do período, da exploração de outros seres humanos advindos de regiões periféricas do sistema-mundo. Ou seja, a estratificação internacional das nações e a DIT se refletiam nas relações sociais encontradas no interior do Brasil. Tal processo se deu por um extenso período de tempo, antecedendo em muito — precisamente em três séculos — o marco zero do comércio exterior. Sob a ótica de Braudel, tal configuração de exploração do trabalho e da terra, que perdurou por séculos (tempo estrutural), é a base da estrutura econômica brasileira⁸, com sinais de permanência.

Dentre os fatores sistêmicos ocorridos, destaca-se a mencionada expansão populacional urbana na Europa (principalmente devido a maior oferta de alimentos com a introdução da agricultura mecanizada, inovações na medicina e a Revolução Industrial), e a disputa pela hegemonia mundial caracterizada pelas duas Guerras Mundiais do século XX, que acabou por deslocar o centro de gravidade das

⁸ Além, claro, das estruturas sociais e políticas, que se expressam na realidade brasileira de violência, racismo, pobreza, entre outros aspectos.

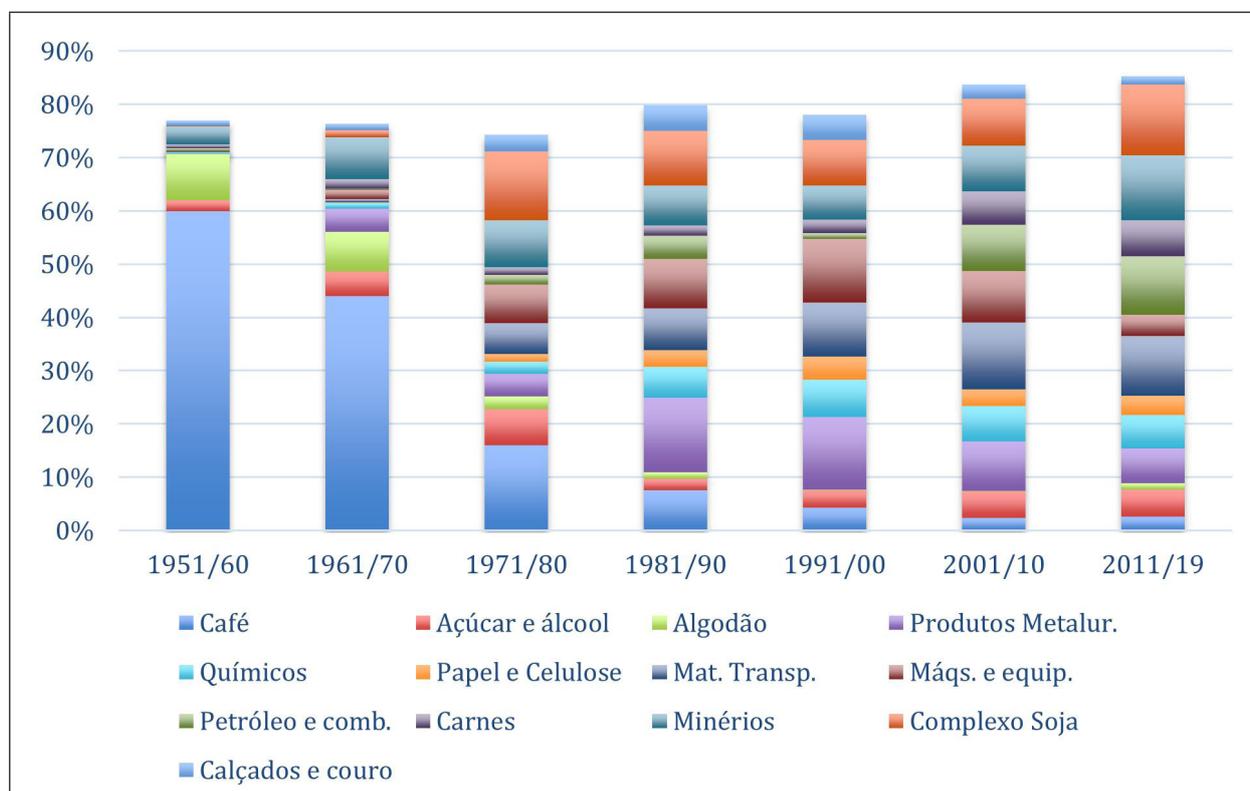




Relações Internacionais para os EUA, que substitui a Inglaterra como principal parceiro econômico do Brasil⁹ (Garcia, 2002).

Logo, o local esteve intimamente ligado ao sistêmico. O gráfico 2 mostra os dados percentuais dos principais produtos exportados pelo Brasil no período da década 1950 à de 2010. Para a elaboração, foram somados os valores de todas as exportações por década, e para se estabelecer o percentual, foram somados os valores das exportações de cada produto por década, realizando em seguida a relação de porcentagem. Assim, se, por exemplo, no período 1951/60 o total das exportações é igual a 100 milhões de dólares, e o de café é igual a 60 milhões de dólares, o valor de vendas de café no período é de 60%.

Gráfico 2. Principais Mercadorias Exportadas pelo Brasil em % do Valor Total Exportado (1951 a 2019)



Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020).

Figurando como principal produto até a década de 1970, nota-se uma queda nos percentuais do café a partir de 1960, embora os volumes absolutos tenham continuado a crescer. Na década 1950, ainda que timidamente, o conjunto de produtos exportados começa a apresentar diversidade, com novos grupos de

⁹ Quadro transformado em 2009, com a China ocupando o posto de principal parceiro comercial desde então.





produtos surgindo. Porém, café, algodão e açúcar representam 70% das saídas observadas para essa década inicial.

A partir da década de 1960, esse cenário começa a se transformar, com a inclusão de uma série de categorias de produtos que antes não eram observadas na pauta de exportação do país, com destaque para os complexos de produtos metalúrgicos, químicos, máquinas e equipamentos, carnes, soja e calçados e couros, os quais apresentaram, pela primeira vez na história, percentuais acima de 1%. O destaque ainda permanece com o café, compondo 44% do total.

A década de 1970 também é marcada pela inclusão de novos conjuntos de produtos que ultrapassam a faixa percentual de 1%, a saber: papel e celulose, materiais de transporte e complexo do petróleo e combinados. Além disso, houve crescimento percentual de todas as categorias, com exceção do algodão, carnes e café, este último caindo abruptamente para 16% mas, ainda assim, continuando a principal commodity exportada. O destaque fica para o desempenho do setor de materiais de transporte (com crescimento de 11 vezes em relação à década anterior), máquinas e equipamentos (crescimento de quatro vezes) e do complexo da soja, que cresce aproximadamente 1000%.

Avançando para as décadas de 1980 e 1990, chega-se ao momento da inversão histórica, com o setor manufaturado tornando-se o principal componente das exportações brasileiras. Com 14% do total, os produtos metalúrgicos foram os responsáveis pela maior parcela das exportações brasileiras. Em seguida vêm o complexo da soja (10%), e máquinas e equipamentos (9%). Pela primeira vez desde a década de 1830, o café deixa de ser o principal produto, caindo para 7,5%, o que é menos da metade da década anterior.

As décadas de 1990 e 2000 também são marcadas pelo predomínio dos setores de manufaturados, com produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos e materiais de transporte apresentando os três maiores percentuais. Entretanto, esse quadro se transforma na década seguinte, quando, entre 2011 e 2019, minérios, o complexo da soja e o setor petrolífero passam a serem os três principais *clusters* de produtos vendidos.

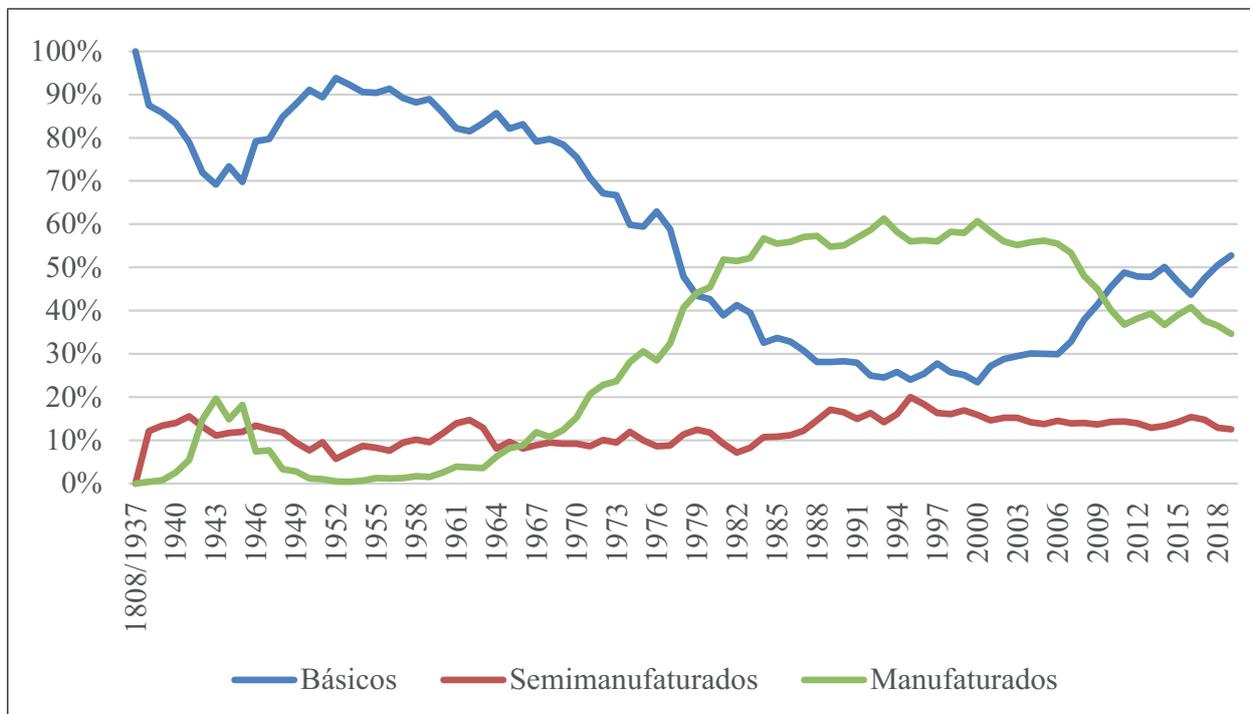
Observa-se que do século XX em diante, mais precisamente a partir da década de 1930, torna-se possível utilizar a classificação de produtos por intensidade tecnológica. Porém, como mencionado, optou-se pela divisão entre bens manufaturados, semimanufaturados e primários, tendo em vista que ao longo do século XX novos paradigmas de produção e tecnologia foram introduzidos na economia internacional, fazendo com que um produto classificado como “alta





tecnologia” na década de 1940, na atualidade não se enquadrasse mais em tal categoria.

Gráfico 3. Exportação brasileira por fator agregado em % (1808 a 2019)



Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020).

O gráfico 3 apresenta o comércio exterior brasileiro do ponto de vista das exportações para todo o período de 1808 a 2019¹⁰. Nota-se que a composição das exportações brasileiras manteve-se padronizada ao longo de mais de um século (composta exclusivamente de produtos básicos), e experimentaram acentuada transformação do ponto de vista da intensidade tecnológica a partir da segunda metade do século XX, de modo que é possível observar um intervalo de 31 anos (1979 — 2009) com produtos manufaturados ocupando a parcela majoritária da cesta de exportações. Entretanto, de 2009 em diante, a composição retorna ao padrão histórico de produtos básicos compondo a maior parte dos produtos comercializados pelo Brasil ao exterior.

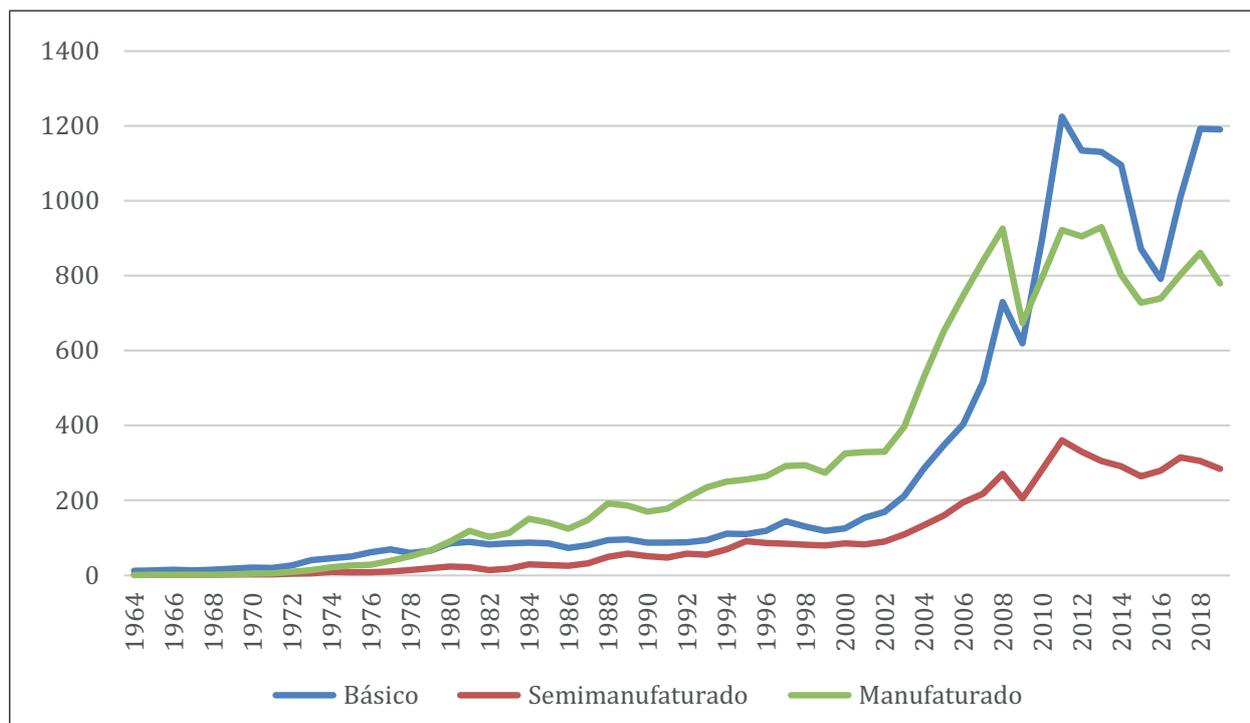
Destaca-se ainda que a reprimarização ocorre tanto em números relativos (i.e., em relação ao percentual) como em números absolutos. Ou seja, além da guinada percentual já demonstrada no gráfico 3, os produtos primários

¹⁰ O primeiro marco temporal do gráfico se refere a todo o período de 1808 a 1937, por conta das exportações terem sido praticamente 100% compostas por produtos básicos.



aumentaram também nos valores absolutos (em dólares)¹¹, ao passo que os produtos manufaturados se estagnaram e, mais recentemente no curto prazo, vêm apresentando queda nos valores.

Gráfico 4. Evolução das exportações brasileiras em número absoluto — bilhões de dólares constantes (1964 a 2019)



Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020).

Portanto, dos 211 anos de comércio exterior analisado, 178 foram majoritariamente de exportações primárias, e por 31 anos as manufaturadas apresentaram os maiores percentuais. Na perspectiva braudeliana, tem-se uma história estrutural de predominância de exportações primárias e uma história conjuntural de predomínio dos manufaturados. Essa diferença temporal deve ser levada em conta pois, em 177 anos foram criados interesses, classes sociais, instituições e, inclusive, conhecimentos, técnicas e mentalidades, que se difundiram por toda a sociedade, sendo, portanto, mais capazes de continuar se desenvolvendo, o que tem sido facilitado pelas vantagens comparativas naturais. Já os 31 anos podem não ser suficientes para que o mesmo acontecesse com os manufaturados.

Na sequência, calcularam-se os níveis de concentração das exportações brasileiras no período de 1997 à 2019. Inicialmente, aplicou-se o coeficiente

¹¹ Há de se mencionar que a alta dos preços das commodities nos mercados internacionais também influenciam nos valores de exportação.



de Gini-Hirschman, utilizado para medir o grau de concentração por produtos exportados, sendo este assim expresso (Love, 1979, apud Silva e Montalván, 2008, p. 553 e 554):

$$ICP = \sqrt{\sum_i \left[\frac{X_{ij}}{X_j} \right]^2}$$

Onde:

ICP = Índice de Concentração por Produtos

X_{ij} = Exportações do bem i pelo país j

X_j = Exportações totais do país j

Silva e Montalván (2008) destacam que “o valor desse índice está definido no intervalo entre 0 e 1. Quando um país apresenta índice ICP elevado significa que este tem as suas exportações concentradas em poucos produtos”. Em contrapartida, “um índice ICP baixo reflete maior diversificação de produtos na pauta das exportações. Nesse caso, argumenta-se que o país terá uma maior estabilidade nas receitas cambiais” (Silva e Montalván 2008, 554). Love (1979 apud Silva e Montalván, 2008, p. 554) aponta que “uma pauta de exportações mais diversificadas pode significar também indício de trocas mais estáveis”.

Em seguida, foi calculado o Coeficiente de Gini (CG) utilizando-se a ferramenta *Microsoft Excel*. Trata-se de um método utilizado para mensurar a distribuição de valores (e.g., renda ou valores de exportação) entre indivíduos/produtos, igualmente variando de 0 (igualdade perfeita) à 1 (completa desigualdade com apenas um indivíduo detendo todo valor). Dentre as diversas maneiras de se calcular, uma fórmula comumente empregada para dados não agrupados é assim disposta (Medina, 2001):

$$CG = \frac{1}{2n^2} \frac{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_i - y_j|}{\bar{y}}$$

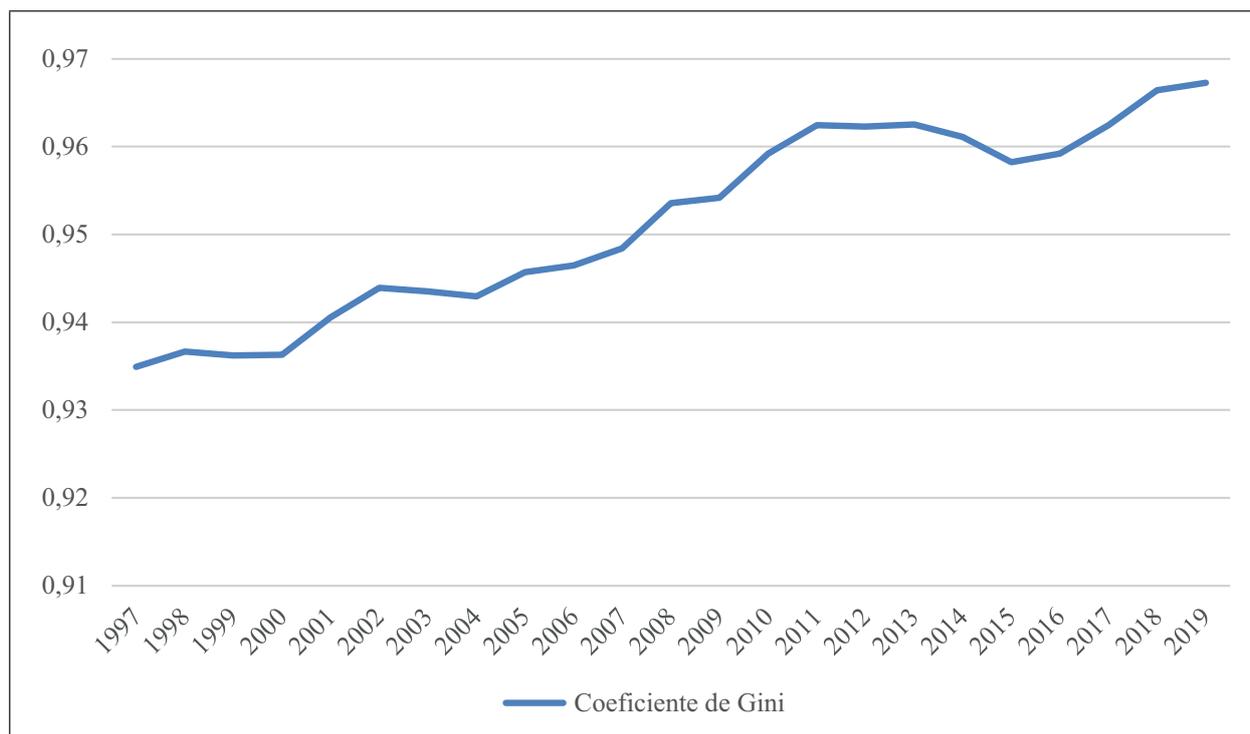
Foi identificada tendência de concentração em ambos os indicadores. Com o ICP, observou-se que em 1997 os 10 principais produtos exportados correspondiam a 29,8% do total, ao passo que no último ano do período, i.e., 2019, o Brasil exportou um total de 7703 produtos, dos quais, os 10 principais representaram 48,25%, e os 3 principais (“Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura”, “Óleos brutos de petróleo” e “Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as



piritas de ferro ustuladas (cinzas de piritas), não aglomerados”) alcançaram 31,28% do total. Em outras palavras, apenas 3 produtos representaram quase um terço do total exportado, sendo todos os 10 maiores relacionados às cadeias produtivas agrícola/extrativa (soja e derivados, petróleo, minério de ferro, milho, madeira, carnes bovina e de aves, café e açúcar).

Aplicando-se o coeficiente de Gini, em um conjunto de dados variando entre 6629 (menor quantidade, registrada em 1997) e 7763 (maior quantidade, observada em 2007) commodities exportadas pelo Brasil, obtém-se o resultado¹² expresso no gráfico 5. A classificação utilizada é da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), por possuir o maior nível de detalhamento possível de produtos, e, para o cálculo, foram consideradas apenas mercadorias que apresentaram valor de no mínimo 1 dólar. Utilizando-se a classificação proposta por Câmara (1949)¹³, observa-se que o país apresentou, em todo o período, uma concentração classificada como muito forte a absoluta, tendo aumentado de 1997 à 2019.

Gráfico 5. Coeficiente de Gini das exportações brasileiras por produtos (1997 a 2019)



Fonte: Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020).

12 Esse período foi escolhido porque possui o maior número de detalhamento possível em termos de quantidade de produtos, fato ausente para anos anteriores.

13 A classificação para interpretação do coeficiente de Gini é: 0,101 a 0,250 desigualdade nula a fraca; 0,251 a 0,500 fraca a média; 0,501 a 0,700 média a forte; 0,701 a 0,900 forte a muito forte; 0,901 a 1,000 muito forte a absoluta.



Segundo Benetti (2006, 84), o Brasil possui um elevado grau de concentração das exportações, com uma “estabilidade desse indicador [coeficiente de Gini], que se posiciona em níveis muito altos”. É possível identificar uma crônica desigualdade, indicando a formação de uma estrutura histórica de concentração nas exportações brasileiras, fato diretamente conectado ao papel historicamente exercido pelo Brasil na DIT.

Análise e discussão

Ao se analisar a trajetória histórica do desenvolvimento econômico brasileiro, uma série de debates e contribuições teóricas marcou espaço, tanto no âmbito intelectual-acadêmico, como nas políticas empregadas por *policy makers* e elites empresariais.

Como identificado na obra seminal de Bértola e Ocampo (2013), desde uma perspectiva estruturalista, a história da América Latina é uma história de estrangimentos de restrição externa, elevados déficits na balança comercial, elevada volatilidade político-econômica (constrangendo a capacidade de investimento e inovação) e especialização no padrão de produtos baseados em recursos naturais. No caso brasileiro, a inserção internacional não se dá de maneira diferente, dentro de uma lógica de fornecimento de produtos primários — e com elevada concentração em poucos — e consumo de tecnologia estrangeira, tornando-se uma economia exposta à volatilidade de preços tipicamente encontrada no mercado de commodities.

Aliado a este mercado, Bértola e Ocampo (2013) indicam que há uma dependência externa de economias como a do Brasil, que tendem a sentir os efeitos de fluxos de capitais estrangeiros que entram e saem conforme o movimento de demanda e preços dos produtos básicos. *Grosso modo*, esse é o cenário observado no Brasil por todo o século XIX, empiricamente demonstrado na seção anterior: um crescimento ancorado na exportação de bens primários (Furtado, 1991).

De 1929 a 1980, o país entra na fase da “industrialização dirigida pelo Estado” (Bértola e Ocampo, 2013), conforme nomenclatura destes autores, também conhecida como fase do Estado Desenvolvimentista ou ciclo desenvolvimentista. Trata-se do período histórico em que políticas industriais e o papel do Estado





tomam centralidade no planejamento econômico, enxergando-se a industrialização como principal via de desenvolvimento e empregando-se amplamente a estratégia de substituição de importações. Não obstante o “ethos” do período ser marcado pelo desenvolvimentismo, Bielschowsky (1988) identifica que havia, de fato, uma diversidade de argumentos e um intenso debate sobre os rumos do país, com correntes de pensamento neoliberal, desenvolvimentista (com suas distintas vertentes entre o setor privado, o setor público não nacionalista e o setor público nacionalista), e socialista, com a ideologia desenvolvimentista alcançando seu apogeu na década de 1950. Não há de se ignorar ainda a influência da Teoria da Dependência¹⁴ e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe em tal contexto.

A despeito da orientação brasileira pró-indústria, não ocorreu no país um conflito com os interesses do setor primário-exportador. De fato, como identificam Bértola e Ocampo (2013), em toda América Latina surge um “modelo misto”, com a substituição de importações ocorrendo concomitantemente à diversificação das exportações e integração regional, tendo os produtos primários relevante papel para arrecadação de capital e financiamento do setor manufatureiro.

A partir da década de 1980, conhecida como a “década perdida”, observa-se em toda a região uma clivagem na ideologia dominante, com uma reorientação para o mercado (Bértola e Ocampo, 2013) e abandono dos projetos de industrialização, com o neoliberalismo destacadamente dominando o imaginário coletivo político e econômico. Uma vez mais, a constante volatilidade e dependência externa se fazem presentes, as quais, aliadas à histórica dificuldade de consolidação de um sistema nacional de inovação, reforçam o padrão primário-exportador.

Com as políticas neoliberais e a promoção da abertura comercial, observou-se um aumento da capacidade de aquisição de bens de capital e maquinário estrangeiro, ao custo do desmantelamento de nódulos significativos da cadeia industrial do país, entrando em um processo caracterizado como desindustrialização precoce ou negativa. Como já identificavam Medeiros e Serrano (2001) no início do século XXI, a guinada neoliberal teve impactos diretos na capacidade de exportação do tecido industrial brasileiro.

14 Importante corrente teórica e intelectual de perspectiva crítica desenvolvida e popularizada na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970, a qual interpretava as Relações Internacionais em termos de Centro e Periferia, contribuindo tanto no âmbito acadêmico como político sobre trajetórias e políticas de desenvolvimento em todo o continente Latino-Americano.





A reespecialização da economia brasileira com redução da diversificação da sua estrutura produtiva resultou em uma pauta exportadora mais concentrada em setores de menor conteúdo tecnológico e mais baixo dinamismo na economia internacional. Tendo em vista o elevado crescimento do coeficiente de importações e o baixo crescimento das exportações, a reespecialização produtiva transformou um sistema industrial superavitário, num sistema fortemente deficitário (Medeiros e Serrano 2001, 130)

Evidentemente que esse breve resgate histórico ilustra como o Estado-nação brasileiro não teve um papel meramente reativo, e tampouco foi um ente “monolítico”, sem disputas internas entre classes sociais e burocracias estatais. Como apontado por Poulantzas (1977), não há de se enxergar o Estado como unidade política livre de contradições, pois há nele autonomia política e a dinâmica de luta de classes incorporada, atuando como mediador do conflito entre classes dirigentes (e hegemônicas) e classes subordinadas — podendo ser, em momentos, disfuncional para os interesses da burguesia. Logo, não se desconsideram os diversos momentos de agência do país, a exemplo do processo de industrialização buscado de diversas maneiras desde o período Vargas, como as estratégias de substituições de importações e substituição de exportações no Brasil (Suzigan, 2000; Silva, 2003).

Com isso, admite-se que a perspectiva de Análise dos Sistemas-Mundo tende a silenciar as possibilidades e capacidades de agência que o país possui perante as janelas de oportunidade que ocasionalmente se abrem em diferentes momentos e circunstâncias históricas (Soendergaard, 2018). Entretanto, o que se busca neste artigo não é negligenciar a capacidade de agência do país, mas sim indicar que, apesar das distintas estratégias empregadas em todo o período, a condição de primário-exportador e dependência externa permaneceu, consoante o argumento de Moreira Júnior (2020), o qual afirma que “as diferentes estratégias adotadas nesse período [2000 a 2019], de diversificação de parcerias e de realinhamento automático aos Estados Unidos, foram inócuas no que diz respeito à alteração da nossa condição de país primário-exportador e dependente” (p. 240).

Indiscutivelmente, ocorreram mudanças na DIT, como bem destacaram Piñeres e Ferrantino (1997)¹⁵ ao identificarem um movimento de diversificação

15 No contexto do otimismo generalizado provocado pelo desempenho acima da média mundial das exportações dos países latino-americanos no início da década de 1990 (semelhante ao desempenho recente do boom das commodities).





e transformação estrutural das exportações de países Latino-Americanos entre 1963 e 1993. Porém, levanta-se a questão em relação ao controle do excedente gerado nas cadeias de mercadorias¹⁶, independentemente da classe da mercadoria (manufaturados ou primários), uma vez que não existe relação causal obrigatória entre exportação de bens manufaturados e desenvolvimento econômico (Arrighi, 1997), e pelo fato de atualmente a exploração de commodities primárias também envolver atividades de ciência, tecnologia e inovação e uso intensivo de capital. Como sublinha Arrighi (1997, 147), “nenhuma atividade específica (quer definida em termos de sua produção ou da técnica usada) é inerentemente típica do núcleo orgânico ou típica da periferia”. Além disso, “uma atividade pode se tornar, em um dado momento no tempo, típica do núcleo orgânico ou típica da periferia, mas cada uma tem aquela característica por um período limitado” (Arrighi 1997, 147). É o caso observado na indústria têxtil, por exemplo, que historicamente já foi uma atividade típica do centro (núcleo orgânico) capitalista, como na Inglaterra. Em suma, pertencer ou não ao núcleo orgânico não é determinado pela mercadoria ou mesmo pela fase de sua produção em si, mas sim pela rentabilidade dessa mercadoria ou da etapa de sua produção que esteja sendo considerada, pois “as atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente” (Arrighi, 1997, p. 140).

No caso brasileiro, observa-se o típico caso de uma semiperiferia, ou seja, de “uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia” (Arrighi 1997, 157). Trata-se exatamente da situação estrutural na qual se inserem a economia e o Estado brasileiros e que fazem com que as iniciativas políticas e econômicas deste último se mostrem incapazes de transformar a pauta de exportação e resistir aos constrangimentos externos da economia internacional, mas capazes de obter sucesso no fomento à exportação, sobretudo para países periféricos, ou seja, localizados mais abaixo na hierarquia mundial do poder e da riqueza. Ilustrando o conteúdo deste artigo, a Figura 1 sintetiza os padrões encontrados nas exportações do Brasil no longo período de 1808 a 2019.

16 Conjunto interligado dos processos necessários para a produção de um produto, desde o fornecimento de matérias-primas até as fases posteriores ao consumo.





Do ponto de vista da permanência e importância dos produtos primários na cesta de exportações, pode-se afirmar que, na longa duração, agentes político-econômicos consolidaram-se atrelados às atividades de comércio internacional de commodities; ou seja, formaram-se grandes *players* e acumuladores de capital essencialmente ligados à exploração e comercialização de commodities agrícolas e minerais. Isso não apenas moldou as relações de trocas comerciais entre o Brasil e o mundo, mas a sociabilidade entre agentes públicos e privados nacionais, condicionando questões como a empregabilidade, formas de trabalho, grau de urbanização, etc.

É possível considerar que a postura de política comercial e industrial adotada pelo Estado brasileiro teve papel crucial para a diversificação e transformação da pauta de exportações, uma vez que a mesma teve o início de sua transformação justamente a partir da estratégia deliberada de desenvolvimentismo, adotada pela classe dirigente da época que, por sua vez, foi abandonada explicitamente na década de 1990, momento em que as exportações voltaram a apresentar elevado grau de concentração e baixa diversificação.

Além disso, é possível demonstrar como o processo de internacionalização de um produto manufaturado é, pelo prisma mercadológico, de longo prazo. Iniciada em 1930 de maneira incipiente, e com maior intensidade a partir de 1950, a indústria brasileira levou de 30 a 50 anos para se consolidar como principal provedora de bens exportados pelo país. Tal situação durou exatamente 31 anos, com o setor de commodities primárias retornando à posição de destaque. Entendendo conjunturas como “períodos particulares de mudança em uma estrutura ou como relações não existentes que são criadas e se reproduzem no mínimo pelo tempo de um [Ciclo de] Kondratieff¹⁷” (Vieira e Ferreira, 2013, p. 250), podendo ainda uma conjuntura se transformar em estrutura ou deixar de existir, o período de 31 anos com a pauta de exportações sendo em sua maioria de manufaturados não chega nem ao tempo mínimo de uma conjuntura. Apesar do esforço de industrialização e diversificação das exportações no século XX, as mesmas não encontraram as condições políticas, econômicas, sociais e culturais que as fizessem permanecer como principal categoria de bens exportados, não suportando o “peso” estrutural dos produtos primários.

17 Um ciclo de Kondratieff refere-se a um período de aproximadamente 40 à 60 anos, formulado originalmente pelo economista Nikolai Kondratiev, o qual postulava que a economia funciona através de ciclos de expansão, estagnação e recessão.





Como mencionado, na Análise dos Sistemas-Mundo não há a associação de determinadas atividades econômicas como sendo necessariamente de núcleo ou periferia. Nesse sentido, nem mesmo indústria é, por definição, uma atividade de centro, e, nem a agricultura é uma atividade de periferia, como em geral temos sido levados a pensar. A comprovação empírica é dada pelos casos da Austrália, Canadá, Noruega e Dinamarca, que são majoritariamente primário-exportadores, e pelos EUA, com participação expressiva de produtos como soja e milho (COMTRADE, 2020).

A questão central é que na cadeia mercantil dos recursos agrícolas e minerais voltados à exportação, o Brasil e suas empresas capitalistas participam menos nos nódulos mais lucrativos. Tais nódulos tendem a pertencer a países centrais ou, ainda que localizados no Brasil, ser controlados por empresas estrangeiras que remetem o lucro líquido ao exterior, diminuindo o Produto Nacional Bruto.

Há de se destacar que a estratégia deliberada de realizar atividades de núcleo orgânico (e.g., o beneficiamento de commodities primárias antes de serem exportadas) significaria a perda de capital excedente controlado por outras empresas e países, com acirramento da competição e controle de *market share*. Além disso, o número de países periféricos e semiperiféricos é muito maior do que a quantidade de Estados de centro, o que diminui o poder de barganha do primeiro grupo, devido à elevada competição intercapitalista (Arrighi, 1997).

Um exemplo prático da condição semiperiférica brasileira é a cadeia mercantil da soja, um dos principais produtos comercializados nas últimas duas décadas. Existe a produção e exportação de soja em larga escala e com elevada aplicação de capital e tecnologia, entretanto, a maior parte do fornecimento da semente de soja (principalmente a transgênica, com maior pesquisa e desenvolvimento embutidos) está concentrada em poucas empresas multinacionais com sede fora do Brasil, como Monsanto, Dow, Syngenta, DuPont e Nidera, dominando o *market share* brasileiro (Sousa e Tonin, 2013). Além disso, há baixa participação de capital brasileiro nos setores intensivos em tecnologia ao longo de toda a cadeia da soja produzida nacionalmente: “a maior parte está na terra e mão de obra, com 14,3% e 13,3% respectivamente. Já nos itens mais intensivos em tecnologia e capital (sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas e agroindústria), o conjunto da participação brasileira chega a apenas 12,4%” (Medina, Ribeiro e Brasil, 2015, p. 27), como destacado no quadro a seguir:



Quadro 1. Participação proporcional do capital brasileiro ao longo da cadeia da soja produzida no Brasil

ITEM	MARKET SHARE DE GRUPOS BRASILEIROS POR ETAPA DA CADEIA (%)	PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL DO CAPITAL BRASILEIRO NO TOTAL DA CADEIA (%)
Sementes	16,5	2,4
Fertilizantes	33,5	4,8
Defensivos	4,3	0,6
Máquinas	1,9	0,3
Agroindústria	30,7	4,4
Custo da terra	93,4	13,3
Mão de obra	100,0	14,3
Total		40,0

Fonte: Medina, Ribeiro e Brasil (2016, 28).

Segundo Hopkins e Wallerstein (1977), nações periféricas são descritas como simples reprodutoras de produtos, com a organização da produção e a técnica em níveis constantemente estagnados. Claramente não é o caso brasileiro e de seu agronegócio (Hopewell, 2016; Soendergaard e Silva, 2019), a exemplo do que é visto na cadeia mercantil da soja, que possui uma elevada produção de *inputs* tecnológicos realizada nacionalmente, com externalidades para outros setores, e a exemplo de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Porém, no que se refere ao comércio internacional do principal produto exportado pelo Brasil (i.e., a soja), observa-se baixo nível de agregação de valor, com o produto exportado em sua maneira mais básica, além de forte presença externa de *inputs* e *outputs* na estrutura mercantil (Soendergaard, 2018). Trata-se de um processo multifacetado e multidimensional, e dessa combinação deriva a condição semiperiférica do país.

Por ser explícito o potencial do Brasil como um dos maiores produtores de soja, minério de ferro, bauxita, carne, pasta de celulose, além de apresentar a potencialidade de produzir petróleo e cobre para exportação em grande escala no curto prazo, há de se discutir qual será a estratégia de inserção internacional do país. Atualmente, o que se observa é uma inserção dentro de um modelo insustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental (Almeida, Silva e Angelo, 2013), pois a “produção e repartição do excedente econômico” no contexto de inserção internacional via exportação de recursos naturais e captura de renda fundiária, “provocam armadilhas produtivas (superexploração de recursos naturais) e distributivas (concentração da riqueza fundiária), de sorte a constranger





o crescimento econômico à reprodução de padrões de subdesenvolvimento” (Delgado 2010, 111).

Conclusões

Este artigo buscou apresentar o comportamento das exportações brasileiras em um quadro de longa-duração, analisando-se dados de 1808 a 2019. Para tanto, utilizou-se da Análise dos Sistemas-Mundo como instrumental analítico e a base de dados estatísticos de comércio exterior disponibilizada pelo Ministério da Economia brasileiro.

A compilação de dados permitiu identificar que, de 1808 a 1978, as exportações tiveram predomínio de produtos primários, com uma mudança observada entre 1979 e 2009, em que exportações de produtos manufaturados foram a maioria. De 2009 em diante, há o retorno da preponderância das commodities primárias, dando voz ao argumento de manutenção, ao longo da história de desenvolvimento econômico do Brasil, da situação de especialização regressiva em produtos de menor valor agregado. Além disso, constatou-se, pelos Coeficientes de Gini e Gini-Hirschman, que de 1997 a 2019 a pauta de exportação apresentou uma concentração de muita alta a absoluta, tendo aumentado neste período.

A crônica permanência de uma pauta de exportações com grande peso das commodities agrícolas e minerais, aliada à inserção do país na DIT como um espaço destinado à expropriação e exploração voltada ao exterior, fez com que estruturas históricas fossem formadas, as quais buscam o equilíbrio no padrão primário-exportador. O argumento de longa duração e sistêmico é reforçado ao constatar-se que a reprimarização teve início antes do *boom* das commodities e da recente (re)ascensão chinesa, e que se tratou de um fenômeno experimentado por toda a região latino-americana, ainda que em graus variados, de acordo com o nível de maturidade industrial de cada país.

Longe de negar as capacidades de agência do Brasil, o que se buscou demonstrar foi que a inserção do país se dá em uma economia-mundo capitalista dividida hierarquicamente e com distribuição desigual das riquezas entre as cadeias produtivas e mercantis. Nesse sentido, faz-se necessário aproveitar janelas de oportunidade, em que desenvolvimento industrial e o potencial agroexportador não se anulem, e que um novo modelo de inserção internacional seja pensado, necessariamente levando em conta a sustentabilidade do ponto de vista econômico, social e ambiental, distinto do que se observa atualmente.





Referências

- Almeida, Alexandre Nascimento de; Silva, João Carlos Garzel Leodoro da; Angelo, Humberto. 2013. Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 1. Disponível em: < <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/874> > . Acesso em: 13 jun. 2020.
- Arrighi, Giovanni. 1996. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- Arrighi, Giovanni. 1997. *A ilusão do desenvolvimento*. Petropolis, RJ: Vozes.
- Arrighi, Giovanni; Hamashita, Takeshi; Selden, Mark (Ed.). 2004. *The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. London: Routledge.
- Benetti, Maria Domingues. 2006. Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? *Indicadores Econômicos FEE*, v. 34, n. 1: 75-88. Disponível em: < <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1445/1809> > . Acesso em: 13 jun. 2020.
- Bértola, Luis; Ocampo, José Antonio. 2013. *El desarrollo económico de América Latina desde la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Bielschowsky, Ricardo. 1998. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Barbosa, Alexandre de Freitas. 2011. China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho. In: Leão, Rodrigo Pimentel Ferreira; Pinto, Eduardo Costa; Accioly, Luciana. (Org.). *A China na Nova Configuração Global: Impactos Econômicos e Políticos*. 1ed. Brasília: IPEA, v. 1: 269-306.
- Brasil, MDIC — Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2020a. *Outras estatísticas de Comércio Exterior*. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/outras-estatisticas-de-comercio-exterior> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Brasil, Subsecretaria de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior. 2020b. *Nota Metodológica — ISIC, Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas. Versão 1.1*. Brasília, Fevereiro. Disponível em: < http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/Nota_ISIC-CUCI.pdf > . Acesso em: 13 de junho de 2020.
- Braudel, Fernand. 1998. *Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV–XVII: tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, v. 3. 1998.
- Braudel, Fernand. 2009. *Escritos sobre a história*. [tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota]. — São Paulo: Perspectiva.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2010a. Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização (FGV Projetos). *Cadernos FGV Projetos*, v. 5: 68-73.





- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2010b. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira. (Org.). Doença holandesa e indústria. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1: 117-154.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Marconi, Nelson. 2010. Existe doença holandesa no Brasil?. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira. (Org.). Doença holandesa e indústria. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1: 207-230.
- Câmara, Lourival. 1949. A concentração da propriedade agrária no Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77: 516-528. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n77_ago.pdf > . Acesso em: 13 jun. 2020.
- Cano, Wilson. 2012. A desindustrialização no Brasil. Texto para Discussão IE/Unicamp, n°. 200. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&tp=a> > . Acesso em: 13 jun. 2020
- Comtrade, Unidade Nations. 2020. United Nations Comtrade database. UN Comtrade Online. Disponível em: < <https://comtrade.un.org/> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Cunha, André Moreira; Lelis, Marcos Tadeu Caputi; Fligenspan, Flavio Benevett. 2013. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 33, n. 3: 463-485, Sept. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-315720130003000006&lng=en&nrm=iso > . Acesso em: 13 de jun. de 2020. < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-315720130003000006> > .
- Delgado, Guilherme Costa. 2010. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. Desenvolvimento em debate, v. 1, n. 2: 111-125. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/download/31914/18073> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Delgado, Guilherme Costa. 2012. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Delgado, Guilherme Costa. 2013. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), edição especial: 61-68. Disponível em: < <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Furtado, Celso. 1991. Formação Econômica do Brasil. 24 ed. — São Paulo: Editora Nacional.
- Garcia, Eugênio Vargas. 2002. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entre guerras. Contexto Internacional, Rio de Janeiro , v. 24, n. 1: 41-71, June. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000100001&lng=en&nrm=iso > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.





- Hopewell, Kristen. 2016. The accidental agro-power: constructing comparative advantage in Brazil. *New Political Economy*, v. 21, n. 6: 536-554. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2016.1161014> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Hopkins, Terence K; Wallerstein, Immanuel. 1977. Patterns of Development of the Modern World-System, *Review*, I,2, Fall, 111-45. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/40240765?seq=1> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Mandarino, José Marcos Gontijo. 2001. Tecnologia para produção do óleo de soja: descrição das etapas, equipamentos, produtos e subprodutos / José Marcos Gontijo Mandarino, Antônio Carlos Roessing. — Londrina: Embrapa Soja. 40p. — (Documentos/Embrapa Soja, ISSN 1516-781X; n. 171). Disponível em: < <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/462866/1/doc171.pdf> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Medeiros, Carlos Aguiar de; Cintra, Maria Rita Vital Paganini. 2015. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 35, n. 1: 28-42. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000100028&lng=en&nrm=iso > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Medeiros, Carlos Aguiar de; Serrano, Franklin. 2001. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. Em: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Medina, Fernando. 2001. Consideraciones sobre el Índice de Gini para medir la Concentración del Ingreso. In: *Serie estudios estadísticos y prospectivos n.º 09, marzo 2001*. Santiago de Chile: CEPAL, División de Estadística y Proyecciones Económicas. Disponível em: < https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4788/S01020119_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y > . Acesso em: 15 de jul. 2020.
- Medina, Gabriel; Ribeiro, Gessyane Guimarães; Brasil, Edward Madureira. 2016. Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do agronegócio nacional. *Revista de Economia e Agronegócio*. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 13: 2-38. Disponível em: < <https://ageconsearch.umn.edu/record/253017/> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Ministério da Economia. Comércio Exterior. 2020. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior> > . Acesso: 09 de nov. de 2020.
- Moreira Jr., Hermes. Política Externa Brasileira no início do Século XXI: diversificação, realinhamento e dependência. 2020. *Entre Lugar*, v. 11: 240-260. Disponível em: < <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12057> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Nakahodo, Sidney N; Jank, Marcos S. 2006. A falácia da doença holandesa. Documento de Pesquisa. São Paulo: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais.





- Mimeo. Disponível em: < <http://www.iconebrasil.com.br/publicacoes/estudos/detalhes/623> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Piñeres, Sheila Amin Gutiérrez de; Ferrantino, Michael. 1997. Export diversification trends: Some comparisons for Latin America. *The International Executive*, v. 39, n. 4: 465-477. Disponível em: < <https://doi.org/10.1002/tie.506039040> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Sampaio, Daniel Pereira. 2013. A desindustrialização em marcha no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 34: 33-55. Disponível em: < <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/2> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Silva, Heloisa Conceição Machado da. 2003. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 1: 39-65. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100003&script=sci_arttext > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Silva, Jorge Luiz Mariano da; Montalván, Daniel Borja Valdez. 2008. Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio intra-indústrial. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 2: 547-568. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000200010&script=sci_arttext > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Soendergaard, Niels. 2018. Modern Monoculture and Periphery Processes: a World Systems Analysis of the Brazilian soy expansion from 2000-2012. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 56, n. 1: 69-90. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000100069&lng=en&nrm=iso > . Acesso em: 13 de jun. de 2020. < <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560105> > .
- Soendergaard, Niels; Silva, Ricardo Dias da. 2019. Reshaping the Policy Arena: How the Agro-Export Policy Network Propelled Brazil within Global Agricultural Governance. *World Trade Review*: 1-17. Disponível em: < <https://doi.org/10.1017/S1474745619000375> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020
- Sousa, Rafael H. M. de; Tonin, Julyerme M. 2013. Análise da concentração na indústria de semente de soja brasileira no período de 1998 a 2013. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. In: *Agricultura e agronegócio paranaense*.
- Suzigan, Wilson. 2000. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento* / Wilson Suzigan. Nova Edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp.
- Vieira, Pedro Ant nio. 2015 O nacionalismo metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação. *Estudos do CEPE*, n. 42: 78-94. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/6204> > . Acesso em: 13 de jun. de 2020.





- Vieira, Pedro Antônio; Ferreira, Luiz Mateus da Silva. 2013. O Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia-mundo capitalista. In: Vieira, R.L. (org) O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica: 247-278.
- Wallerstein, Immanuel. 1974. O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos.
- Wallerstein, Immanuel. 1979; The capitalist world-economy. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, Immanuel. 2004 O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Contraponto.

